

Bracher tenta

22 OUT 1987

uma solução

Dívida Ext.

em Washington

por Paulo Sotero
de Washington

O assessor especial do Ministério da Fazenda, Fernão Bracher, que está nos Estados Unidos conduzindo as negociações da dívida externa com os bancos credores, passou o dia de ontem em Washington, em reuniões com altos funcionários do governo norte-americano, discutindo soluções que possam evitar a reclassificação dos empréstimos dos bancos dos EUA ao Brasil pela Interagency Country Exposure Risk Committee (ICERC).

O ICERC, uma comissão de regulamentação bancária, reúne-se na próxima segunda-feira e, caso até lá não tenha havido progressos nos entendimentos com os banqueiros, poderá rebaixar a classificação do crédito brasileiro para "value impaired" — o que, teoricamente, tornaria os entendimentos ainda mais difíceis.

Pela manhã, Bracher esteve com David Mulford, secretário do Tesouro adjunto para Assuntos Internacionais, e com o presidente do Federal Reserve Board (Fed), Alan Greenspan. À tarde, ele voltou ao Fed para reuniões técnicas.

cas. De acordo com fontes bem informadas, o representante brasileiro e os funcionários americanos procuraram explorar fórmulas que conciliem a necessidade de se evitar a reclassificação da dívida brasileira pelo ICERC, que foi reconhecida em nota divulgada no início da semana pelo Ministério da Fazenda, com a necessidade do governo brasileiro de não enfraquecer sua posição de negociação frente aos bancos.

A "normalização" das relações do Brasil com os bancos, através do pagamento dos juros em atraso, que foi pedida pelos credores, é vista pelas autoridades brasileiras como uma solução inaceitável, pois teria exatamente o efeito de enfraquecer a posição de barganha do País.

Uma das idéias que, aparentemente, chegaram a ser aventadas, se não nas reuniões de ontem em ocasiões anteriores, envolveria uma operação triangular, na qual o Brasil faria um pagamento substancial, não diretamente aos bancos mas a uma conta especial que seria aberta

Bracher tenta uma...

por Paulo Sotero
de Washington

(Continuação da 1ª página)

no Banco Mundial. Uma parte do dinheiro que ficaria sob custódia do BIRD, enquanto as negociações prosseguissem, serviria para criar um fundo de garantia de futuros instrumentos financeiros a serem criados, como resultado das negociações.

A idéia, contudo, esbarrou no mesmo argumento que o governo brasileiro apresentou aos bancos, na sexta-feira passada, de que não pode fazer um pagamento vultoso de juros — o pedido dos bancos gira em torno de US\$ 1,2 bilhão — porque não tem dinheiro.

Outra alternativa ainda em estudo, que já foi explorada junto a alguns banqueiros, mas ainda não foi apresentada ao comitê, envolveria uma suspensão lenta e gradual da moratória, com um cronograma de pagamentos predeterminados e condicionados aos progressos nas negociações.

Dentro desse esquema, o primeiro passo seria um pagamento, ainda nesta semana, pelo Brasil, de um terço do total dos juros devidos de fevereiro, março e abril.

A conta desses três meses totaliza cerca de US\$ 700 milhões, que seriam suficientes para colocar os atrasos nos pagamentos abaixo da marca de 180 dias — evitar a reclassificação pelo ICERC. Uma

das possibilidades aventadas é que o Brasil pague cerca de US\$ 200 milhões — um “pagamento simbólico” — e os bancos entrem com o restante.

A partir daí, os dois lados passariam a negociar a moldura de um acordo que envolveria os vencimentos de 1986, 1987 e 1988, nas linhas propostas pelo governo aos credores no mês passado. No momento em que chegassem a um acordo, o Brasil faria um novo pagamento. A normalização, com a suspensão da moratória, ocorreria no momento em que o novo acordo entrasse em vigor.

Uma das dificuldades técnicas desta proposta deriva do fato de que todos os credores americanos do País têm sua carteira de empréstimos para o Brasil em regime de caixa, estando teoricamente impedidos de registrar pagamentos recebidos enquanto os atrasados não forem acertados. Sendo assim, qualquer pagamento que não envolvesse a limpeza total dos livros dos bancos poderia não ter qualquer efeito prático. Segundo fontes bem situadas, esta teria sido uma das questões tratadas pelo negociador brasileiro ontem.

Hoje pela manhã o comitê se reúne em Nova York para ouvir o relato da equipe de economistas que enviou ao país no final da semana passada. À tarde, os bancos devem retomar os contatos com os representantes brasileiros.